

CORREGEDORIA-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

MATO GROSSO DO SUL (MS)

ASSUNTO/LEGISLAÇÃO	ATO	DATA	EMENTA
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	05/10/1989	<i>PREÂMBULO: Nós, representantes do povo sul-mato-grossense, reunidos em Assembleia Estadual Constituinte para garantir a dignidade do ser humano e o pleno exercício de seus direitos; para reafirmar os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade; para consolidar o sistema representativo, republicano e democrático; para ratificar os direitos do Estado no concerto da Federação; para assegurar a autonomia municipal e o acesso de todos à justiça, à educação, à saúde e à cultura; e para promover um desenvolvimento econômico subordinado aos interesses humanos, visando à justiça social para o estabelecimento definitivo da democracia, invocando a proteção de Deus, promulgamos a seguinte CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.</i>
ESTATUTO DOS SERVIDORES	LEI Nº 1.102	10/10/1990	<i>Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.</i>
ESTRUTURA DO PODER EXECUTIVO	LEI Nº 4.640	26/12/2014	<i>Reorganiza a Estrutura Básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.</i>
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL SEFAZ	DECRETO Nº 14.683	17/03/2017	<i>Reorganiza a estrutura básica da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), e dá outras providências.</i>
REGIMENTO INTERNO SEFAZ	RESOLUÇÃO/SEFAZ Nº 3.178	10/09/2021	<i>Aprova o Regimento Interno e o Organograma Funcional da Secretaria de Estado de Fazenda.</i>

ASSUNTO/LEGISLAÇÃO	ATO	DATA	EMENTA
CORREGEDORIA	LEI COMPLEMENTAR Nº 260	21/12/2018	<i>Institui a Corregedoria-Geral da Administração Tributária e dispõe sobre o dever de sigilo fiscal, no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda.</i>
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	LEI COMPLEMENTAR Nº 230	09/12/2016	<i>Regulamenta o disposto no § 2º do art. 82 da Constituição Estadual; dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições da Controladoria-Geral do Estado, e sobre a organização da Carreira Auditoria, integrante do Grupo ocupacional Auditoria, do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Poder Executivo do Estado, e dá outras providências.</i>
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO	RESOLUÇÃO CGE/MS/Nº 017	27/05/2019	<i>Aprova o Regimento Interno e o Organograma da Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul</i>
ACESSO A INFORMAÇÃO	LEI Nº 4.416	16/10/2013	<i>Dispõe sobre o acesso à informação, no âmbito do Estado de Mato Grosso Sul, nos termos que especifica.</i>
ACESSO A INFORMAÇÃO	DECRETO Nº 14.471	12/05/2016	<i>Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o acesso à informação estabelecido na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e na Lei Estadual nº 4.416, de 16 de outubro de 2013.</i>
APOIO FAZENDÁRIO	LEI Nº 5.149	27/12/2017	<i>Dispõe sobre a reorganização da carreira Atividades de Apoio Fazendário, integrada por cargos efetivos do Grupo Gestão Governamental do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Poder Executivo; reestrutura o quadro de pessoal do apoio às atividades das unidades de administração fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), e dá outras providências.</i>
ARQUIVO PÚBLICO	LEI nº 1.294	21/09/1992	<i>Dispõe sobre a Política Estadual de Arquivos Públicos e Privados, e dá outras providências.</i>
ARQUIVO PÚBLICO	DECRETO nº 13.664	25/06/2013	<i>Dispõe sobre a Política de Arquivos Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul.</i>
ASSÉDIO MORAL	LEI Nº 2.310	09/10/2001	<i>Dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral no âmbito da Administração Pública Estadual, e dá outras providências.</i>
ASSÉDIO SEXUAL	LEI Nº 2.214	07/02/2001	<i>Define a prática de assédio sexual como exercício abusivo de cargo, emprego ou função pública, e estabelece as punições cabíveis e regras de procedimento administrativo para sua aplicação.</i>

ASSUNTO/LEGISLAÇÃO	ATO	DATA	EMENTA
ATOS PROCESSUAIS A DISTÂNCIA	DECRETO Nº 15.099	12/11/2018	<i>Disciplina, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a realização de atos processuais a distância na instrução de processos correccionais, disciplinares e de responsabilização de pessoas jurídicas.</i>
ATOS PROCESSUAIS A DISTÂNCIA	DECRETO Nº 15.099	12/11/2018	<i>Disciplina, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a realização de atos processuais a distância na instrução de processos correccionais, disciplinares e de responsabilização de pessoas jurídicas.</i>
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	DECRETO Nº 14.719	18/04/2017	<i>Regulamenta a Avaliação de Desempenho Individual (ADI) dos Servidores Cíveis, integrantes do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras, servidores ocupantes de cargos comissionados e contratados do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul. (redação dada pelo Decreto nº 15.490, de 3 de agosto de 2020)</i>
AUDITORIA INTERNA	RESOLUÇÃO CGE/MS/Nº 014	08/02/2019	<i>Aprova o Manual de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Estadual.</i>
AUDITORIA OPERACIONAL	RESOLUÇÃO CGE/MS Nº 037	28/04/2020	<i>Aprova o “Manual de Auditoria Operacional do Poder Executivo Estadual”.</i>
CARTA DE SERVIÇO	RESOLUÇÃO CGE/MS/Nº 006	05/06/2018	<i>Dispõe sobre a metodologia para elaboração, publicação, monitoramento, avaliação e atualização da Carta de Serviços ao Usuário e a aplicação de Pesquisa de Satisfação ao Usuário.</i>
CARTEIRA FUNCIONAL	DECRETO Nº 14.349	21/12/2015	<i>Dispõe sobre a Carteira de Identidade Funcional dos servidores integrantes do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF), da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul.</i>
COMBATE À CORRUPÇÃO	LEI Nº 5.150	27/12/2017	<i>Cria o Fundo Estadual de Combate à Corrupção, e dá outras providências.</i>
CONCURSO PÚBLICO	DECRETO Nº 12.498	21/01/2008	<i>Estabelece normas e procedimentos para a realização de Concurso Público para os Órgãos e Entidades do Poder Executivo, e dá outras providências.</i>
CONSELHO DE GOVERNANÇA	DECRETO nº 14.162	22/04/2015	<i>Cria o Conselho de Governança de Mato Grosso do Sul (CGMS), nos termos que especifica, e dá outras providências.</i>
CONSELHO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS DOS SERVIDORES	DECRETO Nº 10.863	22/07/2002	<i>Aprova o Regimento Interno do Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul - CRASE-MS.</i>
CONTROLE INTERNO	DECRETO Nº 14.879	13/11/2017	<i>Regulamenta o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.</i>
CORREIÇÃO	RESOLUÇÃO CGE/MS/Nº 016	15/05/2019	<i>Disciplina procedimentos relativos à função correição no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.</i>

ASSUNTO/LEGISLAÇÃO	ATO	DATA	EMENTA
DECLARAÇÃO DE BENS	LEI Nº 1.419	29/09/1993	<i>Torna obrigatória para os servidores que menciona a declaração pública de seus bens antes da posse e após a saída de secretarias e subsecretarias de Estado.</i>
DECLARAÇÃO DE BENS	DECRETO Nº 6.614	23/07/1992	<i>Dispõe sobre a apresentação de declaração de bens de agentes públicos e servidores da administração direta e indireta do Estado de Mato Grosso do Sul, e da outras providências.</i>
DESBUROCRATIZAÇÃO	DECRETO Nº 14.160	16/04/2015	<i>Institui o Comitê Estadual de Desburocratização (CED), vinculado à Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização.</i>
DOCUMENTOS	DECRETO Nº 11.153	27/03/2003	<i>Dispõe sobre prazos e condições de guarda e descarte de documentos dos órgãos e entidades da administração pública estadual, e dá outras providências.</i>
EDUCAÇÃO FISCAL	DECRETO Nº 15.045	16/06/2018	<i>Institui o Programa Estadual de Educação Fiscal de Mato Grosso do Sul (PEEF/MS), e dá outras providências.</i>
ESCOLA FAZENDÁRIA	DECRETO nº 13.185	16/05/2011	<i>Cria a Escola Fazendária, na Secretaria de Estado de Fazenda, e dá outras providências.</i>
ÉTICA	LEI Nº 2.195	18/12/2000	<i>Estabelece normas de conduta dos agentes públicos detentores de cargos ou funções na Administração Estadual; cria a Comissão de Ética Estadual, e dá outras providências.</i>
EXPLORAÇÃO SEXUAL	LEI Nº 2.413	30/01/2002	<i>Dispõe sobre normas e procedimentos para prevenção e combate do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, e dá outras providências.</i>
EXPLORAÇÃO SEXUAL	LEI Nº 3.953	11/08/2010	<i>Dispõe sobre o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, ao assédio sexual e moral e à cultura do estupro, por pessoas jurídicas titulares de benefícios ou de incentivos fiscais, financeiro-fiscais e extrafiscais no Estado de Mato Grosso do Sul.</i>
EXPLORAÇÃO SEXUAL	DECRETO Nº 15.383	05/03/2020	<i>Regulamenta a forma de monitoramento das pessoas jurídicas titulares de benefícios ou de incentivos fiscais, financeiro-fiscais e extrafiscais do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei Estadual nº 3.953, de 11 de agosto de 2010</i>
FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES	DECRETO nº 15.210	25/04/2019	<i>Dispõe sobre o fornecimento de informações pela Secretaria de Estado de Fazenda e pela Procuradoria-Geral do Estado.</i>
FREQUÊNCIA	DECRETO Nº 10.738	18/04/2002	<i>Dispõe sobre o registro e o controle da frequência dos servidores em exercício nos órgãos e entidades do Poder Executivo, e dá outras providências</i>
FUNFAZ	DECRETO nº 15.049	23/07/2018	<i>Dispõe sobre o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades Fazendárias (FUNFAZ).</i>

ASSUNTO/LEGISLAÇÃO	ATO	DATA	EMENTA
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	DECRETO nº 11.517	30/12/2003	<i>Organiza a carreira Gestão de Tecnologia da Informação integrante do Grupo Ocupacional Gestão Governamental do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Poder Executivo, e dá outras providências.</i>
IDENTIFICAÇÃO VISUAL	LEI Nº 4.702	27/07/2015	<i>Institui a Identificação Visual do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e o logotipo dos órgãos do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.</i>
IDENTIFICAÇÃO VISUAL	DECRETO Nº 14.791	13/07/2017	<i>Regulamenta as disposições do art. 6º da Lei nº 4.702, de 27 de julho de 2015, referentes à padronização das cores da pintura dos próprios públicos estaduais.</i>
JORNADA TRABALHO	DECRETO nº 15.192	18/03/2019	<i>Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores estaduais e sobre o horário de expediente das repartições públicas integrantes da Administração Estadual Direta, das Autarquias e das Fundações.</i>
LGPD	DECRETO Nº 15.572	28/12/2020	<i>Dispõe sobre a adoção de medidas destinadas à aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito do Poder Executivo Estadual.</i>
LGPD	DELIBERAÇÃO CONSELHO DE GOVERNANÇA Nº 1	15/07/2021	<i>Aprova o Guia de Boas Práticas para implementação e adequação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.</i>
LGPD	GUIA DE BOAS PRÁTICAS		
MÁSCARA	DECRETO nº 15.456	18/06/2020	<i>Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação nos locais que especifica, no território sul-mato-grossense, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19.</i>
MEDIDAS RESTRITIVAS COVID	DECRETO Nº 15.644	31/03/2021	<i>Institui medidas restritivas voltadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus no território do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.</i>
OUVIDORIA	RESOLUÇÃO CGE/MS/Nº 007	23/08/2018	<i>Disciplina procedimentos relativos à função ouvidoria no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.</i>
OUVIDORIA FAZENDÁRIA	DECRETO nº 11.917	18/08/2005	<i>Institui a Ouvidoria Fazendária do Estado de Mato Grosso do Sul.</i>
PLANO DE CARGOS E CARREIRAS	LEI Nº 2.065	29/12/1999	<i>Dispõe sobre o Plano de Cargos, Empregos e Carreiras da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado, e dá outras providências.</i>

ASSUNTO/LEGISLAÇÃO	ATO	DATA	EMENTA
POLÍTICA DE DADOS ABERTO	DECRETO Nº 15.221	07/05/2019	<i>Institui a Política de Dados Abertos dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual.</i>
PROGRAMA DE INTEGRIDADE	DECRETO Nº 15.222	07/05/2017	<i>Dispõe sobre a promoção da governança no setor público e a criação do Programa MS de Integridade (PMSI), no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual.</i>
PROTOCOLO (Sistema e-DOCMS)	DECRETO Nº 15.573	28/12/2020	<i>Institui o Módulo Protocolo no Sistema de Comunicação Eletrônica (e-DOCMS), e aprova o Manual de Normas e Procedimentos de Gestão de Protocolo para a Administração Pública do Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá providências.</i>
REGIME JURÍDICO	LEI Nº 3.042	07/07/2005	<i>Altera o art. 69 da Lei nº 2.152, de 26 de outubro de 2000, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores na estrutura básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.</i>
REGIME JURÍDICO	DECRETO Nº 11.893	08/07/2005	<i>Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 3.042, de 7 de julho de 2005, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul.</i>
PESSOA JURÍDICA	DECRETO Nº 14.890	11/12/2017	<i>Regulamenta, no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, e dá outras providências.</i>
PESSOA JURÍDICA	RESOLUÇÃO CGE-MS Nº 57	12/11/2021	<i>Aprova o Manual de Procedimentos de Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas.</i>
PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADE ESPECIAL	LEI Nº 3.181	21/02/2006	<i>Dispõe sobre a Política Estadual para Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais.</i>
PREVIDÊNCIA	LEI Nº 2.207	28/12/2000	<i>Institui o regime de previdência social do Estado de Mato Grosso do Sul, cria o Fundo de Previdência Social de Mato Grosso do Sul - MS-PREV, e dá outras providências.</i>
PREVIDÊNCIA	LEI Nº 3.150	22/12/2005	<i>Consolida e atualiza a Lei nº 2.207, de 29 de dezembro de 2000, que instituiu o Regime de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul - MSPREV.</i>
PREVIDÊNCIA	LEI Nº 3.545	17/07/2008	<i>Cria a Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul (AGEPREV) como unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul (MSPREV), altera dispositivos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, e dá outras providências.</i>

ASSUNTO/LEGISLAÇÃO	ATO	DATA	EMENTA
PREVIDÊNCIA	LEI COMPLEMENTAR Nº 261	21/12/2018	<i>Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.</i>
PREVIDÊNCIA	LEI COMPLEMENTAR nº 274	21/05/2020	<i>Dispõe sobre as alterações nas aposentadorias, nas pensões e no plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul, altera a Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, e dá outras providências</i>
SIMPLIFICAÇÃO DOCUMENTOS	DECRETO Nº 1.514	02/02/1982	<i>Dispensa o reconhecimento de firmas, abole atestados, simplifica a exigência de documentos, fixa prazos para procedimentos administrativos, e dá outras providências.</i>
TELETRABALHO	DECRETO Nº 15.391	16/03/2020	<i>Dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-mato-grossense.</i>
TELETRABALHO	RESOLUÇÃO/SEFAZ Nº 3.088	26/03/2020	<i>Dispõe sobre o Regime Excepcional de Teletrabalho no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda, para a prevenção da transmissão e da proliferação da COVID-19 no território sul-mato-grossense, e dá outras providências.</i>
TELETRABALHO	RESOLUÇÃO/SEFAZ Nº 3.175	29/07/2021	<i>Dispõe sobre o retorno ao trabalho presencial dos servidores da Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul – SEFAZ.</i>
TELETRABALHO	DECRETO Nº 15.396	19/03/2020	<i>Declara, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, situação de emergência em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (COBRADE 1.5.1.1.0), amplia as medidas de prevenção a serem adotadas no território sul-mato-grossense, e dá outras providências.</i>
TELETRABALHO	DECRETO Nº 15.398	23/03/2020	<i>Estende, em caráter provisório, a adoção do Regime Excepcional de Teletrabalho, a partir de 23 de março de 2020, como medida necessária à continuidade do funcionamento da Administração Pública Estadual, altera o Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, e dá outras providências.</i>
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)	RESOLUÇÃO CGE/MS/Nº 016	15/05/2019	<i>Disciplina procedimentos relativos à função correição no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.</i>
TRANSPORTE	DECRETO Nº 14.301	29/10/2015	<i>Regulamenta a concessão do vale-transporte e do auxílio-transporte ao servidor público do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul.</i>

ASSUNTO/LEGISLAÇÃO	ATO	DATA	EMENTA
TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	LEI Nº 2.387	26/12/2001	<i>Fixa a remuneração dos cargos integrantes do Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização - TAF, e dá outras providências.</i>
TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	DECRETO Nº 11.266	18/06/2003	<i>Dispõe sobre o pagamento do Adicional de Produtividade Fiscal ao Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização, e dá outras providências.</i>
TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	DECRETO Nº 12.593	29/07/2008	<i>Dispõe sobre a atribuição e o pagamento do adicional de produtividade fiscal previsto na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Lei Estadual nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, e dá outras providências.</i>
TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	LEI Nº 3.146	21/12/2005	<i>Dispõe sobre a revisão da remuneração das categorias funcionais integrantes do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização - TAF nas condições que menciona.</i>
TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	DECRETO Nº 13.699	30/07/2013	<i>Dispõe sobre o pagamento da indenização de transporte prevista no art. 84, inciso I, alínea "c" e no art. 92 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, aos ocupantes dos cargos integrantes do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização (Grupo TAF), nas condições que menciona.</i>
TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	DECRETO Nº 13.961	13/05/2014	<i>Dispõe sobre a determinação e o pagamento da vantagem prevista no art. 8º-B da Lei nº 2.387, de 26 de dezembro de 2001.</i>
TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	DECRETO Nº 2.983	15/04/1985	<i>Dispõe sobre o Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização da Secretaria de Fazenda e da outras providências.</i>
TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	DECRETO Nº 7.407	14/09/1993	<i>Regulamenta a concessão e o pagamento do adicional de produtividade fiscal, do auxílio e da indenização de transporte, aos ocupantes de cargos do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização e dá outras providências.</i>
TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	DECRETO Nº 7.184	29/04/1993	<i>Dispõe sobre o Programa de Incremento da Arrecadação do ICMS, e dá outras providências.</i>
TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	DECRETO nº 11.792	02/02/2005	<i>Dispõe sobre as promoções dos servidores ocupantes dos cargos integrantes do Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização e dá outras providências.</i>

ASSUNTO/LEGISLAÇÃO	ATO	DATA	EMENTA
USUÁRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	DECRETO Nº 14.904	27/12/2017	<i>Regulamenta, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, as disposições da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, para fins de simplificar o atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos estaduais, ratificar a dispensa de reconhecimento de firma e de autenticação em documentos a serem utilizados no Estado e institucionalizar meios para o alcance da melhoria contínua do atendimento aos usuários de serviços públicos.</i>
VEÍCULOS OFICIAIS	DECRETO Nº 13.571	28/12/2013	<i>Estabelece normas para monitoramento dos serviços de transporte oficial do Poder Executivo.</i>

Elaborado por: **Karenyne Tatiana B. Costa Godoi**
 Matrícula **30634021**
CORAT/SEFAZ/MS

Última atualização: 06/12/2021